



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária de Goiás

19ª SELEÇÃO PARA ESTUDANTES DE DIREITO - GOIÂNIA/GO **PROGRAMA DE ESTÁGIO**

DATA DE REALIZAÇÃO: **16/08/2014**

INSTRUÇÕES

1. Este caderno contém 50 (cinquenta) questões objetivas, assim distribuídas:
08 (oito) questões de DIREITO PENAL;
08 (oito) questões de DIREITO PROCESSUAL CIVIL;
10 (dez) questões de DIREITO CONSTITUCIONAL;
08 (oito) questões de DIREITO ADMINISTRATIVO;
08 (oito) questões de PROCESSOL PENAL;
08 (oito) questões sobre JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS.
2. Caso este caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, o candidato deverá solicitar ao fiscal de sala mais próximo que o substitua.
3. NÃO É PERMITIDA A CONSULTA A LIVROS, DICIONÁRIOS, APONTAMENTOS, APOSTILAS OU QUALQUER OUTRO MATERIAL DO GÊNERO, BEM COMO A UTILIZAÇÃO DE QUALQUER OUTRO EQUIPAMENTO TRANSMISSOR OU RECEPTOR INCLUSIVE APARELHOS CELULARES, PAGERS E SIMILARES.
4. Durante a prova, o candidato não deve se levantar e nem se comunicar com outros candidatos.
5. A duração da prova é de 04 (quatro) horas, já incluído o tempo destinado ao preenchimento do Cartão de Respostas.
6. O candidato que desejar levar seu caderno de prova deverá permanecer obrigatoriamente em sala por, no mínimo, uma hora após o início da prova.
7. As respostas deverão ser marcadas no cartão de respostas com caneta esferográfica de tinta AZUL ou PRETA, desconsiderando-se aquelas rasuradas ou que contenham mais de uma resposta. O quadrado da resposta marcada deve ser TOTALMENTE preenchido, bem como o nº da inscrição.
8. O Cartão de Respostas não será trocado em hipótese alguma e o nº da inscrição deve ser marcado no campo apropriado alinhado à direita do Cartão.
9. A desobediência a qualquer das recomendações constantes nestas instruções e àquelas efetivadas pelos fiscais de sala implicará na anulação da prova do candidato.
10. O Gabarito será divulgado no mural da Justiça Federal em Goiás e na Internet: <http://www.jfgo.jus.br>, Menu "Concursos", "Estágios".

BOA SORTE!

DIREITO PENAL

01. Assinale a alternativa CORRETA.

- a) () Não há crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia cominação legal, exceto nos casos de crimes contra a Administração Pública.
- b) () A lei penal não retroagirá, ainda que para beneficiar o réu.
- c) () A embriaguez voluntária ou culposa, pelo álcool ou substância de efeitos análogos, não exclui a imputabilidade penal.
- d) () Para configuração do crime de descaminho é necessário que a mercadoria importada ou exportada seja proibida em lei.

02. Com relação ao dolo e à culpa, assinale a alternativa CORRETA.

- a) () A conduta culposa poderá ser punida sem previsão expressa na lei.
- b) () Na culpa consciente o agente prevê e aceita o resultado do delito, embora acredite que sua habilidade possa impedir a ocorrência do resultado lesivo.
- c) () Na culpa própria o resultado é previsto pelo agente.
- d) () O resultado lesivo não querido, mas assumido pelo agente, caracteriza o dolo eventual.

03. Em relação à aplicação da lei penal no tempo, o Código Penal estabelece a:

- a) () retroatividade da lei posterior mais benigna se o processo ainda não transitou em julgado.
- b) () retroatividade da lei posterior mais benigna.
- c) () retroatividade apenas no caso de abolitio criminis.
- d) () irretroatividade quando já se iniciou a execução da pena.

04. As hipóteses que NÃO excluem a imputabilidade penal são:

- a) () a emoção e a paixão.
- b) () a menoridade penal.
- c) () a doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado que, ao tempo da ação ou da omissão, torne o agente inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.
- d) () a embriaguez fortuita e completa que, ao tempo da ação ou da omissão, torne o agente inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.

05. São princípios informadores do direito penal, expressamente previstos em lei, EXCETO:

- a) () legalidade ou reserva legal
- b) () Anterioridade
- c) () intervenção mínima
- d) () individualização da pena

06. Constitui crime praticado contra a Administração Pública, EXCETO:

- a) corrupção passiva.
- b) peculato.
- c) estelionato.
- d) prevaricação.

07. A entrou na casa de "B" com a intenção de furtar uma impressora a laser. Enquanto aquele retirava o aparelho da tomada, ouviu um barulho na porta e abandonou o local, deixando o objeto que estava furtando. Nesse caso, é correto afirmar que houve:

- a) arrependimento eficaz.
- b) crime de furto na forma tentada.
- c) arrependimento posterior.
- d) crime de furto consumado.

08. A antijuridicidade pode ser afastada por determinadas causas denominadas "causas de exclusão de antijuridicidade ou justificativas". Em tais casos o fato permanece típico, porém não há crime.

Assinale a alternativa que NÃO contém causa de exclusão de antijuridicidade.

- a) Embriaguez voluntária.
- b) Estado de necessidade.
- c) Estrito cumprimento de dever legal ou exercício regular de direito.
- d) Legítima defesa.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

09. Assinale a alternativa INCORRETA.

- a) A lei só poderá restringir a publicidade dos atos processuais quando a defesa da intimidade ou o interesse social o exigirem.
- b) As causas cíveis serão processadas e decididas, ou simplesmente decididas, pelos órgãos jurisdicionais, nos limites de sua competência, ressalvada às partes a faculdade de instituírem juízo arbitral.
- c) A ação fundada em direito pessoal e a ação fundada em direito real sobre bens móveis serão propostas, em regra, no foro do domicílio do réu.
- d) Os atos processuais realizar-se-ão, em dias úteis, das 6 (seis) às 16 (vinte) horas.

10. Assinale a alternativa INCORRETA.

- a) O prazo, estabelecido pela lei ou pelo juiz, é contínuo, mas se interrompe nos feriados.
- b) Em regra, durante as férias e nos feriados não são praticados atos processuais.
- c) O prazo para a resposta do réu só começará a correr no primeiro dia útil seguinte ao feriado ou às férias.
- d) A superveniência de férias suspenderá o curso do prazo; o que lhe sobejar recomeçará a correr do primeiro dia útil seguinte ao termo das férias.

11. Assinale a alternativa INCORRETA.

- a) () Declarada a incompetência absoluta, somente os atos decisórios serão nulos e os autos serão remetidos ao juiz competente.
- b) () Os atos processuais realizam-se de ordinário na sede do juízo. Podem, todavia, efetuar-se em outro lugar, em razão de deferência, de interesse da justiça, ou de obstáculo argüido pelo interessado e acolhido pelo juiz.
- c) () Salvo disposição em contrário, os prazos serão computados excluindo os dias do começo e do vencimento.
- d) () Quando os litisconsortes tiverem diferentes procuradores, ser-lhes-ão contados em dobro os prazos para contestar, para recorrer e, de modo geral, para falar nos autos.

12. Assinale a alternativa INCORRETA.

- a) () Quando a lei prescrever determinada forma, sob pena de nulidade, a decretação desta não pode ser requerida pela parte que lhe der causa.
- b) () Quando a lei prescrever determinada forma, com cominação de nulidade, o juiz poderá considerar válido o ato se, realizado de outro modo, lhe alcançar a finalidade.
- c) () A nulidade dos atos deve ser alegada na primeira oportunidade em que couber à parte falar nos autos, sob pena de preclusão.
- d) () É nulo o processo quando o Ministério Público não for intimado a acompanhar o feito em que deva intervir.

13. Assinale a alternativa INCORRETA.

- a) () O processo civil começa por iniciativa da parte, mas se desenvolve por impulso oficial.
- b) () Feita a citação, é permitido ao autor modificar o pedido ou a causa de pedir sem o consentimento do réu.
- c) () A alteração do pedido ou da causa de pedir em nenhuma hipótese será permitida após o saneamento do processo
- d) () Extingue-se o processo sem resolução do mérito quando o autor desistir da ação.

14. Suspende-se o processo, EXCETO:

- a) () pela morte ou perda da capacidade processual do juiz, de qualquer das partes ou de seu representante legal ou procurador.
- b) () pela convenção das partes.
- c) () quando for oposta exceção de incompetência do juízo, da câmara ou do tribunal, bem como de suspeição ou impedimento do juiz.
- d) () por motivo de força maior.

15. Observar-se-á o procedimento sumário, EXCETO:

- a) () nas ações relativas ao estado e à capacidade das pessoas, cujo valor não exceda a 60 (sessenta) vezes o valor do salário mínimo.
- b) () nas causas de arrendamento rural.
- c) () nas causas de parceria agrícola
- d) () nas causas de cobrança ao condômino de quantias devidas ao condomínio.

16. Assinale a alternativa INCORRETA.

- a) () Estando em termos a petição inicial, o juiz a despachará, ordenando a citação do réu, para responder; do mandado constará que, não sendo contestada a ação, serão presumidos aceitos pelo réu, como verdadeiros, os fatos articulados pelo autor.
- b) () É lícito a qualquer das partes arguir a incompetência, o impedimento ou a suspeição.
- c) () Argúi-se, por meio de exceção, a incompetência relativa.
- d) () A incompetência absoluta pode ser declarada de ofício, facultada a remessa dos autos ao juiz competente.

DIREITO CONSTITUCIONAL

17. Responda falso ou verdadeiro e assinale a letra respectiva.

- I. O Brasil é um país laico, sendo, portanto, lícito aos Estados estabelecerem cultos religiosos ou igreja, inclusive subvencionando-os.
- II. O Distrito Federal, por disposição constitucional expressa, acumula as competências legislativas reservadas aos Municípios e aos Estados.
- III. No Brasil vigora o bicameralismo federativo, no âmbito federal, enquanto que em âmbito estadual vigora o unicameralismo
- IV. As CPIs têm poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, sendo vedada a imposição de penalidades ou condenações.

- a) () V-V-F-V;
- b) () F-V-V-V;
- c) () V-F-V-V;
- d) () F-F-V-V.

18. Sobre as Emendas à Constituição é INCORRETO afirmar:

- a) () são hierarquicamente superiores às leis, mas inferiores às normas da Constituição Originária;
- b) () devem ser aprovadas por duas votações, nas duas casas do Congresso, com o quorum de três quintos;
- c) () não será objeto de sanção;
- d) () pode ser proposta por um terço de cada Casa do Congresso Nacional.

19. Sobre os direitos políticos expressos na Carta Magna, marque a opção CORRETA.

- a) () O maior de 16 e menor de 18 anos não é obrigado a se alistar como eleitor, no entanto, uma vez alistado, estará obrigado a votar.
- b) () Nacionalidade se confunde com direitos políticos.
- c) () A lei que alterar o processo eleitoral entrará em vigor um ano após a sua promulgação.
- d) () O Governador de um determinado Estado não mais pretende se reeleger, não obstante a constituição permitir, no entanto, sua esposa deseja candidatar-se ao mesmo cargo (Governadora). Nesse caso, não haverá impedimento para a candidatura da esposa desde que o marido renuncie ao cargo até seis meses antes do pleito.

20. A respeito da competência dos juízes federais, expressa no artigo 109 da CF, é incorreto afirmar que:

- a) são competentes para processar e julgar as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas, exceto as de falência, as de acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e Justiça do Trabalho;
- b) são competentes para processar e julgar os crimes contra a organização do trabalho e, nos casos determinados por lei, contra o sistema financeiro e a ordem econômico-financeira;
- c) são competentes para processar e julgar as causas entre Estado estrangeiro ou organismo internacional e Município ou pessoa domiciliada ou residente no País;
- d) são competentes para processar e julgar os mandados de segurança contra atos de autoridade federal, estadual e municipal.

21. John Mark é canadense de origem e naturaliza-se brasileiro. Por questões pessoais, passa a residir em país estrangeiro, cuja lei o obrigou a adquirir a nacionalidade local como condição de permanência no território. Em face do que dispõe a Constituição Federal, John Mark permanece apenas com:

- a) a nacionalidade do país estrangeiro.
- b) a nacionalidade brasileira.
- c) a nacionalidade brasileira e a do país estrangeiro.
- d) a nacionalidade canadense e a brasileira.

22. Responda falso ou verdadeiro e assinale a letra respectiva.

- I. O Habeas data visa a assegurar o acesso a informações relativas ao impetrante, permitindo sua alteração, quando necessária.
- II. No Mandado de segurança, o autor é obrigatoriamente isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência.
- III. O Habeas corpus será concedido sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção por ilegalidade ou abuso de poder.
- IV. A Ação Popular visa a tutelar direito líquido e certo contra o Estado.

- a) V-F-V-F;
- b) V-V-V-F;
- c) V-F-F-F;
- d) V-V-F-F.

23. O mandado de segurança coletivo poderá ser impetrado por todos os entes abaixo, EXCETO:

- a) partido político;
- b) entidade de classe de âmbito regional;
- c) sindicato;
- d) Ministério Público.

24. Na forma de redação da Carta Magna, a República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como princípios fundamentais, EXCETO:

- a) a cidadania;
- b) a saúde e a segurança;
- c) a dignidade da pessoa humana;
- d) a soberania.

25. A Súmula Vinculante nº 21, editada pelo Supremo Tribunal Federal (STF), dispõe o seguinte em seu texto: "É inconstitucional a exigência de depósito ou arrolamento prévio de dinheiro ou bens para a admissibilidade de recurso administrativo". Se o Congresso Nacional aprovasse uma lei contrariando o disposto na referida súmula, seria cabível ajuizar qual ação junto ao STF:

- a) Ação Declaratória de Constitucionalidade;
- b) Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental;
- c) Ação Direta de Inconstitucionalidade;
- d) Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão.

26. No que concerne à competência do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), é correto afirmar que entre as suas competências estão as seguintes, EXCETO:

- a) controle da atuação administrativa do Poder Judiciário;
- b) cumprimento dos deveres funcionais dos juízes;
- c) controle da atuação financeira do Poder Judiciário;
- d) receber e conhecer das reclamações contra membros ou órgãos do Poder Judiciário e órgãos prestadores de serviços notariais e de registro que atuem por delegação do poder público ou oficializados, todavia não lhe competindo, entre as sanções possíveis, a aplicação de pena de disponibilidade.

DIREITO ADMINISTRATIVO

27. Assinale a alternativa INCORRETA.

- a) O princípio da indisponibilidade do interesse público é absoluto.
- b) O princípio da autotutela diz respeito ao poder dever da Administração de anular seus atos ilegais e revogar os inconvenientes e inoportunos.
- c) A presunção de legitimidade dos atos administrativos decorre da supremacia do interesse público sobre o particular.
- d) Os princípios constitucionais do Direito Administrativo são aplicáveis tanto no âmbito da União quanto dos Estados e dos Municípios.

28. Assinale a alternativa INCORRETA.

- a) () A presunção de legitimidade do ato administrativo é relativa, ou seja, admite prova em sentido contrário.
- b) () A Constituição Federal assegura aos litigantes em processo administrativo o direito ao contraditório e a ampla defesa.
- c) () O rol de princípios do Direito Administrativo indicados na Constituição Federal é exaustivo.
- d) () Desapropriar constitui prerrogativa da Administração Pública fundada na supremacia do interesse público sobre o particular.

29. Assinale a alternativa INCORRETA.

- a) () O princípio da legalidade impõe à Administração Pública apenas o cumprimento da lei em sentido estrito.
- b) () A vedação de promoção pessoal de agentes ou autoridades públicas diz respeito ao princípio da impessoalidade.
- c) () O princípio da publicidade pode ser definido como sendo o dever de divulgação oficial dos atos administrativo.
- d) () O princípio da impessoalidade impõe à Administração um dever de imparcialidade na consecução do interesse público, proibindo discriminações e privilégios dirigidos a particulares.

30. Assinale a alternativa INCORRETA.

- a) () O poder de Polícia refere-se a atividade estatal restritiva dos interesses privados, que limita a liberdade e a propriedade individual em favor do interesse público.
- b) () Os atos administrativos devem indicar os fatos e fundamentos jurídicos, dispensada a motivação.
- c) () Os atos administrativos são praticados com a finalidade de aplicação da lei, por isso gozam de presunção relativa de legitimidade.
- d) () O poder discricionário conferido ao administrador não constitui exceção ao princípio da legalidade.

31. Constitui atributo do ato administrativo, EXCETO:

- a) () imperatividade.
- b) () auto executoriedade.
- c) () inexigibilidade.
- d) () presunção de legitimidade.

32. Assinale a alternativa INCORRETA.

- a) () O processo administrativo pode ser iniciado de ofício ou a pedido do interessado.
- b) () são agentes públicos todos aqueles que mantêm vínculo profissional com a Administração, ainda que temporário, desde que remunerados.
- c) () O controle judicial do ato administrativo é realizado mediante provocação, podendo ser prévio ou posterior ao ato.
- d) () As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.

33. Ao interditar estabelecimento comercial particular o administrador faz uso do poder:

- a) regulamentar.
- b) disciplinar.
- c) hierárquico.
- d) de polícia.

34. Assinale a alternativa INCORRETA.

- a) Quanto à destinação, os bens públicos podem ser: de uso comum do povo, dominicais e de uso especial.
- b) Bens de uso especial são aqueles que constituem o patrimônio das pessoas jurídicas de direito público, como objeto de direito pessoal ou real, de cada uma dessas instituições.
- c) Classificam-se como bens dominicais os prédios em que funcionam repartições públicas.
- d) Ruas e praças são exemplos de bens de uso comum do povo.

PROCESSO PENAL

35. Marque a alternativa CORRETA.

- a) O juiz formará sua convicção pela livre apreciação da prova, podendo fundamentar sua decisão exclusivamente nos elementos colhidos na investigação.
- b) São admissíveis as provas derivadas das ilícitas.
- c) O juiz, buscando obter a verdade real, quando julgar necessário, poderá ouvir outras testemunhas além das indicadas pelas partes;
- d) Quando o acusado estiver fora do território da jurisdição do juiz processante será citado por carta de ordem.

36. Consoante o Código de Processo Penal vigente, em caso de o indiciado ter sido preso em flagrante ou preventivamente o inquérito policial deverá terminar no prazo de:

- a) 5 (cinco) dias
- b) 10 (dez) dias
- c) 15 (quinze) dias
- d) 30 (trinta) dias

37. Quanto à eficácia temporal a lei processual penal:

- a) aplica-se somente aos fatos criminosos ocorridos após a sua vigência.
- b) não terá aplicação imediata, salvo para beneficiar o acusado.
- c) aplica-se desde logo, sem prejuízo da validade dos atos realizados sob a vigência da lei anterior.
- d) não se aplica o princípio tempus regit actum.

38. Assinale a alternativa INCORRETA.

- a) () Contra a decisão que não recebe a denúncia ou queixa o recurso cabível é apelação;
- b) () Se o réu condenado fugir depois haver apelado, será declarado deserto o recurso de apelação interposto.
- c) () O recurso em sentido estrito pode ser interposto por petição ou por termo nos autos.
- d) () O recurso em sentido estrito destina-se, em regra, a impugnar decisões de natureza interlocutória

39. Quanto às espécies de ação penal, marque a CORRETA.

- I. Ação penal que somente pode ser proposta pelo Ministério Público.
- II. Ação penal em que a legitimidade ativa é exclusivamente do ofendido, não se admitindo que sucessores assumam o pólo ativo da ação em curso.
- III. Ação penal que só pode ser proposta pelo Ministério Público se houver representação da vítima.

As referidas ações penais são denominadas, respectivamente, de:

- a) () ação penal privada personalíssima, ação penal pública incondicionada e ação penal pública condicionada.
- b) () ação penal pública condicionada, ação penal privada personalíssima e ação penal pública incondicionada.
- c) () ação penal popular, ação penal exclusivamente privada e ação penal pública condicionada.
- d) () ação penal pública incondicionada, ação penal privada personalíssima e ação penal pública condicionada.

40. Em relação ao interrogatório, assinale a alternativa CORRETA.

- a) () Não se trata de ato personalíssimo, haja vista que o juiz pode interrogar o acusado ou, caso esteja foragido, poderá interrogar o seu advogado.
- b) () O acusado, depois de devidamente qualificado e cientificado do teor da acusação, será informado pelo juiz, antes de iniciar o interrogatório, do seu direito de permanecer em silêncio e não responder às perguntas que lhe forem dirigidas.
- c) () O acusado tem direito de permanecer em silêncio em relação às suas qualificações, bem como às questões relativas aos fatos a ele imputados.
- d) () O interrogatório não precisa ser realizado na presença do defensor constituído ou nomeado.

41. Marque a alternativa INCORRETA.

- a) () A prisão em flagrante e a prisão preventiva são modalidades de prisão processual previstas no Código de Processo Penal.
- b) () O juiz, após receber cópia do auto de prisão em flagrante, poderá convertê-la em prisão preventiva se presentes os requisitos do art. 312 do CPP e não se mostrar adequada ou suficiente a aplicação de medida cautelar diversa da prisão.
- c) () A prisão preventiva pode ser decretada nas contravenções penais.
- d) () São fundamentos para decretação da prisão preventiva: garantia de ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal, para assegurar a aplicação da lei penal ou em caso de descumprimento das obrigações impostas por força de outras medidas cautelares.

42. Assinale o elemento que não está previsto no art. 312 do CPP como um dos requisitos para a decretação da prisão preventiva.

- a) Quando necessária para apaziguar o clamor público.
- b) Quando necessária para assegurar a aplicação da lei penal.
- c) Quando conveniente para a instrução criminal.
- d) Quando necessária para garantir a ordem econômica.

JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS

43. A respeito do processo referente a infrações de menor potencial ofensivo perante o Juizado Especial Criminal, é INCORRETO afirmar que:

- a) os embargos de declaração, quando opostos contra sentença, suspenderão o prazo para o recurso.
- b) a competência do Juizado será determinada pelo lugar em que foi praticada a infração penal.
- c) o procedimento sumaríssimo pode ser instaurado por denúncia oral oferecida pelo Ministério Público.
- d) o não oferecimento da representação na audiência preliminar implica a decadência desse direito.

44. A respeito do reexame necessário quando da sucumbência da Fazenda Pública (artigo 475 do CPC), podemos afirmar que no JEF esse reexame:

- a) continua sendo obrigatório;
- b) não se aplica em nenhum caso;
- c) aplica-se nos casos em que o valor da condenação da Fazenda Pública for superior ao teto do JEF (60 salários mínimos);
- d) aplica-se a critério do magistrado.

45. A respeito do sistema probatório nos JEF's é CORRETO afirmar que:

- a) são hábeis para provar apenas os meios de prova exclusivamente especificados em lei;
- b) são hábeis para provar todos os meios de prova moralmente legítimos, desde que devidamente legalizados;
- c) são hábeis para provar todos os meios de prova moralmente legítimos, ainda que não especificados em lei;
- d) são hábeis para provar todos os meios de prova, incluindo-se os moralmente ilegítimos.

46. A respeito dos princípios norteadores dos JEF's, marque a alternativa INCORRETA.

- a) Oralidade, informalidade e simplicidade;
- b) Formalidade, Oralidade e Irrecorribilidade das decisões;
- c) Economia Processual, Oralidade e Celeridade;
- d) Informalidade, Simplicidade e Oralidade.

47. Podem ser partes nos Juizados Especiais Federais como réus, EXCETO:

- a) União;
- b) Autarquias;
- c) Estados;
- d) Empresas Públicas Federais.

48. Analise as afirmativas abaixo e marque a alternativa correta.

- I. Em sede de JEF, é cabível a reconvenção.
- II. Nos termos do artigo 458 do CPC, é obrigatório o relatório em todas as sentenças exaradas no JEF.
- III. Caso o demandado não compareça à audiência de conciliação ou à audiência de instrução e julgamento, reputar-se-ão como verdadeiros os fatos alegados na inicial, salvo se o contrário resultar da convicção do juiz .
- IV. A sentença do JEF será executada no próprio JEF.

- a) F - F - V - V;
- b) F - V - F - V;
- c) V - V - F - F;
- d) V - F - V - F.

49. O prazo para interposição de embargos de declaração nos JEF é de:

- a) 2 dias, contados da data da audiência de instrução e julgamento;
- b) 5 dias, contados da ciência da decisão;
- c) 10 dias, contados da data da audiência de instrução e julgamento;
- d) 30 dias, contados da ciência da decisão.

50. A respeito dos recursos no JEF, é CORRETO afirmar:

- a) o recurso deverá ser interposto no prazo de 10 (dez) dias, contados da ciência da sentença, que poderá ser realizada por aviso de recebimento de mão própria, na pessoa do advogado ou procurador, pessoalmente ou por meio eletrônico.
- b) mesmo que seja para evitar dano irreparável para a parte, o juiz não poderá conferir ao recurso o efeito suspensivo.
- c) o preparo do recurso deverá ser feito em 48 (quarenta e oito) horas somente após a intimação da parte.
- d) não se aplica a deserção nos recursos do JEF, uma vez que é conferido a todos os litigantes indistintamente os benefícios da assistência judiciária gratuita.